

MATTOS, Fernando C. **Nietzsche, perspectivismo e democracia: um espírito livre em guerra contra o dogmatismo.** São Paulo: Saraiva, 2013.

Thaise Dias Alves¹

Em seu livro: *Nietzsche, perspectivismo e democracia: um espírito livre em guerra contra o dogmatismo*, o professor e pesquisador Fernando Costa Mattos (UFABC) explora uma gama de inquietações a partir das intuições de Nietzsche e trabalha certos temas que o filósofo deixa entrever durante sua produção textual, assim como a relação entre indivíduo e democracia. Tratando Nietzsche com todo rigor necessário, o autor aproveita esta espécie de margem para desenvolver uma obra ousada e cuidadosa. Já na introdução da obra, Fernando descreve a visão que compartilha com o filósofo, isto é, a oposição ao dogmatismo e a ideia de liberdade individual “em sentido perspectivista” (p. 17). O que está em jogo é a concepção de liberdade como algo que se conquista por modos de existência e suas condições particulares. A partir daqui, Mattos propõe uma defesa à pluralidade de valores, porém, sem esquecer a luta e o esforço para alcançá-la.

Após tal chave de leitura, o autor descreve o caminho que irá percorrer. Em seu primeiro capítulo, expõe o antidogmatismo de Nietzsche como tema central e realiza uma análise acerca do perspectivismo epistemológico nietzschiano. No segundo capítulo, o autor ressalta a importância da cosmologia da vontade de potência em Nietzsche, parte fundamental de sua filosofia, que afirma o indivíduo de maneira ativa através do primado “da prática sobre a teoria” (p.20). No terceiro capítulo, Mattos reconstitui o problema do sacerdote ascético, este modo de vida que expressa a pusilanimidade da burguesia moderna, e aborda a ideia de “espírito livre” como afirmação da liberdade. Em seu quarto e último capítulo, Fernando adentra as questões políticas e problematiza o flerte de Nietzsche com a aristocracia, tendência que não representaria um ideal político, e sim, uma inspiração tipológica para o filósofo.

Após apresentar um breve resumo do livro, é no primeiro capítulo que Mattos encara o desafio de reforçar o método de Nietzsche: a transvalorização, ou o deslocamento da busca pela verdade através do perspectivismo. A partir deste momento, o autor realiza um giro entre as leituras mais importantes de Nietzsche e intercruza determinadas ideias dos principais

¹ Doutoranda em filosofia na Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, PR, Brasil. E-mail: thaised.alves@gmail.com

intérpretes das correntes: francesa, metafísica, analítica e da “terceira via” – representada, aqui, por Müller-Lauter, Scarlett Marton e Günter Abel. Ainda no mesmo capítulo, Fernando levanta a possibilidade de um Nietzsche filiado à tradição crítica kantiana. Assim, a proposta deste primeiro capítulo será demonstrar como a epistemologia de Nietzsche é capaz de abrir portas para um experimentalismo pós-cristão, resgatando a sexualidade, o talento individual, a luta pelo poder, o egoísmo e tudo aquilo que poderia supostamente colocar em risco a conquista do reino dos céus (p. 34). A questão central será que, em Nietzsche, encontramos uma nova concepção de verdade e, conseqüentemente, uma outra maneira de compreender a vida, que agora se apresenta sob a face da vontade de potência. Segundo Fernando Costa, tal rearticulação nietzschiana chama atenção de filósofos que pretendiam resolver uma velha demanda, assim como Martin Heidegger, que vai recolocar Nietzsche na busca pela essência do ente. Porém, Heidegger erra ao tornar o perspectivismo nietzschiano uma teoria secundária e insuficiente para compreender o problema que, para ele, seria mais relevante: a verdade do ente.

Como espécie de contraponto, Fernando relembra a corrente francesa, representada por: Derrida, Lebrun e Foucault, autores que realizaram uma leitura diferenciada, fazendo de Nietzsche uma “caixa de ferramentas” através das leituras (ou “usos”) de suas principais teorias. De certa maneira, a corrente francesa estaria mais próxima do que Nietzsche sugere, isto é, ler perspectivas como perspectivas, escapando, assim, do dogmatismo metafísico heideggeriano. Contudo, Fernando destaca que corrente pós-moderna esbarra em outro problema: a relativização do pensamento de Nietzsche, o que deixaria espaço para várias refutações analíticas.

Prosseguindo o giro entorno das principais leituras de Nietzsche, Mattos elege uma representante da corrente analítica para discutir o perspectivismo nietzschiano: Maudemarie Clark, autora que segue à risca a metodologia analítica de salvar os filósofos deles mesmos e de suas eventuais contradições (p. 71). Para Clark, o perspectivismo nietzschiano seria uma mera metáfora acidental, pois nenhum discurso poderia ser sustentado sem verdades ou crenças. Segundo a autora, o perspectivismo teria como pressuposto a “aceitabilidade racional”, o que estaria próximo do senso comum, ou de uma teoria comunicativa. Porém, Mattos questiona se isto não tornaria o perspectivismo uma mera saída retórica. Para tanto, o autor apresenta outra estratégia de leitura que ultrapassa o dogmatismo e a relativização: a terceira via, corrente que retira o perspectivismo de Nietzsche do âmbito puramente metafórico. Para Müller-Lauter, em Nietzsche, não é o indivíduo que interpreta o mundo,

sendo ele arbitrário e composto de jogos de forças – vontades de poder - que se configuram e reconfiguram de maneira factual. Assim, Costa complementa:

esse fundo móvel plural que constitui a realidade como um todo (e por tanto também a nós), essa compreensão relacional-oposicional de acontecer-interpretar seria assim uma espécie de ponto extremo do pensamento de Nietzsche, e forneceria a base a partir da qual seu perspectivismo, deixando de ser relativismo radical, demonstraria assim a sua superioridade em relação a qualquer “perspectiva não perspectiva” (p. 91).

No entanto, dizer que a verdade se funda em relações não representa uma resposta satisfatória, afinal, ainda existe um discurso tético por trás desta afirmação, trazendo consigo uma essência do mundo e, junto, um discurso dogmático (p. 87). Desta maneira, Mattos relembra a necessidade do discurso crítico kantiano que seria filosoficamente mais ponderado, baseando-se, assim, na noção de indivíduo como foco perspectivador (p. 89). Uma leitura feita por Vaihinger, Friedrich Kaulbach, Volker Gerhardt e, no Brasil, por Antônio Marques, que tem como tema central a subjetividade e uma compreensão do homem como múltiplo impulsos fisiológicos. A questão que se propõe será eliminar a imposição do dualismo maniqueísta e predominante na modernidade – problema frequentemente apontado por Nietzsche – através da proposta de um indivíduo corpóreo entendido como complexo de impulsos inconscientes. O que de certa maneira torna tal busca mais interessante do que compreender a relação do sujeito com o mundo através de leis imutáveis e regidas por determinadas crenças preponderantes. Segundo Mattos, o indivíduo corpóreo de Nietzsche é capaz de “expandir o sentido possível de sua existência, adquirindo dessa forma a liberdade ao mesmo tempo ‘prática’ e ‘teórica’ com que se ‘permite criar o mundo’” (p.100-101).

No segundo capítulo, a proposta do autor será investigar de que maneira Nietzsche desenvolve novos horizontes interpretativos, agora, fundados numa visão de mundo baseada em forças e vontades que dissolvem as diferenças entre homem e mundo. Para Fernando Costa, esta cosmologia substitui a metafísica dualista pela concepção do devir fortuito após a morte de Deus: um evento marcante na filosofia nietzschiana, pois é a partir deste momento que o espírito torna-se livre para transfigurar e promover uma nova relação com a vida. Para Mattos, viver em Nietzsche será o mesmo que romper com certas amarras, buscar novos horizontes e mergulhar neste “mundo-todo” que faz parte (p. 174). Para estabelecer esta posição, o autor utiliza duas imagens: o espírito livre e a vontade de potência nietzschiana resgatando a inocência do devir e, conseqüentemente, o livre jogo de perspectivas que será contrário à recriação de antigos valores e à edificação de verdades concretas e imutáveis.

No terceiro capítulo, Fernando explora as intuições políticas nietzschianas, trazendo à luz o problema da democracia e dos ideais políticos vigentes na modernidade. O autor inicia expondo de que maneira a democracia fere Nietzsche e como ela se torna um problema. A questão gira em torno da massificação promovida pelo Estado, que na modernidade se torna um risco para a autonomia no momento em que o indivíduo se submete a tudo e todos, bem como a “um padrão de medida universal” (p. 185) baseado em valores, por exemplo, como os de bem e mal. Aqui, é o regime socialista o desdobramento mais abrupto da democracia, onde o indivíduo é visto de maneira igual em sua vida social, o que acaba dissolvendo as diferenças e a pluralidade perspectivista – valores que são tão caros para Nietzsche. O que está em jogo é o perigo do “apequenamento” do homem que deve lutar contra qualquer tipo de uniformização. Para Nietzsche, esta tarefa só pode ser encarada pelo tipo nobre e de espírito livre capaz de pensar valores mais promissores e criativos, afinal, ela exige o *phatos* de distância, a solidão, o cultivo e a elaboração do espírito. Tal solidão que Nietzsche faz referência, segundo Mattos, seria apenas simbólica, pois o espírito livre deve vagar entre os homens e entre seus “inimigos”, realizando um experimento psicológico que alimenta sua sede de perspectivas e, conseqüentemente, o salva do ódio pelo mundo, bem como de um possível ressentimento. Caso contrário, o espírito livre se tornaria não mais que um espírito cativo, fraco, contendo os traços do sacerdote ascético. Este que, por sinal, é a figura que melhor representa o seu inimigo. Para Fernando, o desafio de Nietzsche será mostrar o quanto é insalubre a filosofia do ideal ascético, este tipo dogmático *par excellence* que situou a verdade numa esfera inacessível, vetando a liberdade de pensamento no momento em que fez da razão a escrava da fé (p. 223). Contudo, se o ideal ascético distorceu a filosofia ao seu favor, o espírito livre deseja não menos do que isso, querendo falsificar, da mesma maneira, a moeda para si. Em outras palavras, para Nietzsche o que importa não são as verdades, e sim, compreender quais mentiras são capazes de afirmar ao máximo a vida.

Por fim, é no quarto e último capítulo que Fernando Mattos fala de uma “universalidade do singular” e pensa a questão política da liberdade espiritual. Para o autor, termos como: tipos, espécie forte, nobre, luta, disputas, grupos coesos, espírito livre, bem como os elogios ao Código de Manu, seguramente, expressam a simpatia de Nietzsche pelo ideal aristocrático, inviabilizando, assim, associações diretas entre o perspectivismo e a democracia. Por outro lado, isto não impede de perceber que em Nietzsche existe uma concepção de liberdade em sentido perspectivista pela qual todo singular pode, se vencer a sua guerra, afirmar-se enquanto tal (p. 268). Além disso, o antidogmatismo nietzschiano só

seria possível em regime não autoritário e aberto à formação espiritual. No entanto, se esta política forte, esta “grande política”, como dirá Nietzsche, só é possível através de regimes solitários de individuação e de criação axiológica “por si” e “para si”, como é possível pensar em política a partir Nietzsche? Para Mattos, é certo que o filósofo não estava necessariamente interessado pelas questões políticas, mas sim, em apontar os problemas que uma “pequena política” pode desencadear: a redução da autonomia, a impossibilidade da liberdade, o “apequenamento” do homem, a uniformização da cultura, a dissolução da vontade individual, entre outros. Da mesma maneira, são estes os desdobramentos filosófico-políticos nietzschianos que Fernando Mattos nos induz a explorar em sua obra, servindo como uma espécie de libertação psíquica para questionar pressupostos que sustentam a política nos dias de hoje, ou seja, o nosso regime democrático.

A partir deste ponto de vista, é possível afirmar que Fernando Costa Mattos abre portas para futuras investigações acerca de Nietzsche e a democracia, ascendendo o debate sobre a importância da singularidade e da pluralidade de valores a partir de um filósofo que percebe o quanto estes pressupostos são importantes para tratarmos de questões políticas, independente do tempo, partido ou do regime em questão.